

A INCLUSÃO DA CRIANÇA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

THE INCLUSION OF CHILDREN WITH AUTISM SPECTRUM DISORDER IN THE
EARLY YEARS OF ELEMENTARY SCHOOL: CHALLENGES AND
OPPORTUNITIES

LA INCLUSIÓN DE LOS NIÑOS CON TRASTORNO DEL ESPECTRO AUTISTA EN
LOS PRIMEROS AÑOS DE EDUCACIÓN PRIMARIA: RETOS Y POSIBILIDADES

Alminda Terezinha Gonçalves Sabino¹, Lorena Inês Peterini Marquezan²

DOI: 10.54899/dcs.v23i94.6915

Recibido: 03/08/2026 | Aceptado: 28/08/2026 | Publicación en línea: 04/09/2026.

RESUMO

A inclusão escolar de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nos anos iniciais do Ensino Fundamental constitui desafio para a escola contemporânea, especialmente quanto à formação docente, organização dos espaços, acessibilidade pedagógica, comunicação e articulação entre profissionais. Este artigo apresenta resultados de pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional da Universidade Federal de Santa Maria (PPPG/UFSM), cujo objetivo foi investigar práticas pedagógicas utilizadas para promover a inclusão de crianças com TEA, identificando desafios docentes e possibilidades construídas no cotidiano escolar. A pesquisa foi realizada na Escola Municipal de Ensino Fundamental Coronel Pimba, em São Francisco de Assis/RS. De abordagem qualitativa, natureza aplicada e caráter exploratório, configurou-se como estudo de caso, utilizando análise documental, observação e entrevistas semiestruturadas, com dados analisados por meio da Análise de Conteúdo de Bardin. Os resultados evidenciaram desafios relacionados à formação específica, à disponibilidade de profissionais especializados, à organização do ambiente e à oferta de materiais diversificados. Identificaram-se práticas favoráveis à inclusão, como mediação por pares, recursos visuais, organização estruturada das atividades, adaptação de materiais, redução de estímulos sensoriais e estratégias de Comunicação. As contribuições de Marquezan et al. (2025) aprofundaram a discussão sobre a CAA como recurso de acessibilidade, comunicação e participação escolar. Como produto educacional, foi elaborado o Portfólio Acadêmico – Práticas Baseadas em Evidências para a Inclusão Escolar de Estudantes com TEA, destinado a subsidiar o planejamento e a atuação dos profissionais da educação. Conclui-se que a inclusão efetiva exige planejamento, colaboração, acessibilidade, formação e valorização.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Transtorno do Espectro Autista. Práticas Pedagógicas. Comunicação Aumentativa e Alternativa. Anos Iniciais.

¹ Pós-Graduanda em Educação, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), São Francisco de Assis, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: almindaterezinha@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-7609-8569>

² Doutora em Educação, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: lorena.marquezan@ufsm.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6672-2258>

ABSTRACT

The inclusion of children with Autism Spectrum Disorder (ASD) in the early grades of elementary school poses a challenge for contemporary schools, particularly in terms of teacher training, classroom organization, pedagogical accessibility, communication, and collaboration among professionals. This article presents the results of research conducted in the Graduate Program in Public Policy and Educational Management at the Federal University of Santa Maria (PPPG/UFSM), which aimed to investigate pedagogical practices used to promote the inclusion of children with ASD, identifying teaching challenges and opportunities that arise in everyday school life. The research was conducted at the Coronel Pimba Municipal Elementary School in São Francisco de Assis, Rio Grande do Sul. Employing a qualitative, applied, and exploratory approach, it was designed as a case study using document analysis, observation, and semi-structured interviews, with data analyzed using Bardin's Content Analysis method. The results highlighted challenges related to specific training, the availability of specialized professionals, the organization of the learning environment, and the provision of diverse materials. Practices conducive to inclusion were identified, such as peer mediation, visual aids, structured organization of activities, adaptation of materials, reduction of sensory stimuli, and communication strategies. The contributions of Marquezan et al. (2025) deepened the discussion on AAC as a resource for accessibility, communication, and school participation. As an educational product, the Academic Portfolio—Evidence-Based Practices for the School Inclusion of Students with ASD—was developed to support the planning and practice of education professionals. It is concluded that effective inclusion requires planning, collaboration, accessibility, training, and appreciation.

Keywords: Inclusive Education. Autism Spectrum Disorder. Pedagogical Practices. Augmentative and Alternative Communication. Early Years.

RESUMEN

La inclusión escolar de los niños con Trastorno del Espectro Autista (TEA) en los primeros cursos de Educación Primaria supone un reto para la escuela contemporánea, especialmente en lo que se refiere a la formación del profesorado, la organización de los espacios, la accesibilidad pedagógica, la comunicación y la coordinación entre profesionales. Este artículo presenta los resultados de una investigación llevada a cabo en el Programa de Posgrado en Políticas Públicas y Gestión Educativa de la Universidad Federal de Santa María (PPPG/UFSM), cuyo objetivo era investigar las prácticas pedagógicas utilizadas para promover la inclusión de niños con TEA, identificando los retos a los que se enfrentan los docentes y las posibilidades que surgen en el día a día escolar. La investigación se llevó a cabo en la Escuela Municipal de Educación Primaria Coronel Pimba, en São Francisco de Assis (Río Grande do Sul). De enfoque cualitativo, carácter aplicado y naturaleza exploratoria, se configuró como un estudio de caso, utilizando análisis documental, observación y entrevistas semiestructuradas, con datos analizados mediante el análisis de contenido de Bardin. Los resultados pusieron de manifiesto retos relacionados con la formación específica, la disponibilidad de profesionales especializados, la organización del entorno y la oferta de materiales diversificados. Se identificaron prácticas favorables a la inclusión, como la mediación entre iguales, los recursos visuales, la organización estructurada de las actividades, la adaptación de materiales, la reducción de estímulos sensoriales y las estrategias de comunicación. Las aportaciones de Marquezan et al. (2025) profundizaron en el debate sobre la CAA como recurso de accesibilidad, comunicación y participación escolar. Como producto

educativo, se elaboró el Portafolio Académico – Prácticas Basadas en la Evidencia para la Inclusión Escolar de Alumnos con TEA, destinado a servir de apoyo a la planificación y la actuación de los profesionales de la educación. Se concluye que la inclusión efectiva exige planificación, colaboración, accesibilidad, formación y valoración.

Palabras clave: Educación inclusiva. Trastorno del espectro autista. Prácticas pedagógicas. Comunicación aumentativa y alternativa. Primeros cursos de primaria.



Esta obra está bajo una [Licencia Creative Commons Atribución- NoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva constitui um princípio fundamental para a garantia do direito à educação e para a construção de uma sociedade comprometida com o reconhecimento e a valorização da diversidade humana. No contexto brasileiro, esse princípio encontra respaldo na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/1996, na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – Lei nº 13.146/2015.

A consolidação de políticas públicas voltadas à inclusão ampliou o acesso de estudantes com deficiência às escolas regulares. Entretanto, a matrícula representa apenas uma das dimensões do processo inclusivo. A efetivação do direito à educação pressupõe garantir condições para que o estudante participe das atividades, estabeleça relações, tenha acesso ao currículo, desenvolva autonomia e construa pertencimento ao espaço escolar.

Entre os estudantes que demandam atenção específica encontram-se aqueles com Transtorno do Espectro Autista (TEA). A Lei nº 12.764/2012 reconhece a pessoa com TEA como pessoa com deficiência para todos os efeitos legais e estabelece direitos relacionados à educação e à participação social.

O aumento da presença de estudantes com TEA nas escolas comuns tem provocado importantes reflexões sobre a organização pedagógica, a formação dos professores e as estratégias utilizadas para favorecer a aprendizagem e a participação.

A escola, nesse contexto, é desafiada a superar práticas homogêneas e construir possibilidades de ensino que considerem diferentes formas de aprender, comunicar-se e interagir.

A presente pesquisa foi desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em

Políticas Públicas e Gestão Educacional da Universidade Federal de Santa Maria (PPPG/UFSM), tendo como campo de investigação a Escola Municipal de Ensino Fundamental Coronel Pimba, localizada no município de São Francisco de Assis/RS.

O estudo partiu da seguinte problemática: **quais práticas pedagógicas têm sido utilizadas nos anos iniciais do Ensino Fundamental para promover a inclusão de crianças com TEA e quais os desafios enfrentados pelos docentes nesse processo?**

O objetivo geral foi investigar as práticas e ações utilizadas pela escola para promover a inclusão de crianças com TEA nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Como objetivos específicos, buscou-se analisar as práticas desenvolvidas pela gestão e pela equipe escolar; compreender as percepções dos professores acerca da inclusão de estudantes com TEA; identificar os desafios enfrentados pelos profissionais; e elaborar um produto educacional que pudesse contribuir para o planejamento e desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas.

A pesquisa resultou na elaboração do **Portfólio Acadêmico – Práticas Baseadas em Evidências para a Inclusão Escolar de Estudantes com TEA**, concebido como instrumento de apoio aos profissionais da educação.

O artigo apresenta, portanto, uma síntese analítica dos resultados da pesquisa, articulando-os à fundamentação teórica e ao produto educacional desenvolvido.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O DIREITO À PARTICIPAÇÃO

A educação inclusiva pressupõe uma concepção de escola que reconheça a diversidade como característica constitutiva do espaço educativo.

(Mantoan, 2003) argumenta que a inclusão exige transformação da escola, rompendo com práticas que historicamente produziram processos de seleção, classificação e segregação.

Nessa perspectiva, a diferença não deve ser entendida como obstáculo à aprendizagem, mas como elemento que desafia a escola a reorganizar suas práticas.

A Constituição Federal de 1988 estabelece a educação como direito de todos. A LDB nº 9.394/1996 determina a oferta da educação especial, preferencialmente na rede regular de ensino. A Lei nº 12.764/2012 e a Lei Brasileira de Inclusão reforçam os direitos educacionais das pessoas com TEA e demais pessoas com deficiência.

Contudo, a existência de legislação não assegura automaticamente uma prática inclusiva.

A inclusão efetiva depende das condições concretas oferecidas pela escola. É necessário garantir recursos, acessibilidade, formação profissional e estratégias pedagógicas que possibilitem a participação.

Nesse sentido, a escola precisa deslocar seu olhar daquilo que supostamente falta ao estudante para as barreiras existentes no contexto.

A questão deixa de ser “o que a criança não consegue fazer?” e passa a ser “quais condições podemos criar para que essa criança participe e aprenda?”.

Essa mudança de perspectiva é fundamental para a construção de uma educação comprometida com a equidade.

TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

O Transtorno do Espectro Autista apresenta características relacionadas à comunicação e à interação social, acompanhadas de padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades.

Entretanto, o TEA apresenta grande heterogeneidade. As crianças não possuem as mesmas características, necessidades ou potencialidades.

(Schmidt, 2024) ressalta a importância de compreender o autismo a partir da articulação entre conhecimentos da saúde e da educação. Para o contexto escolar, essa compreensão precisa ser associada à observação das características individuais do estudante e às possibilidades pedagógicas oferecidas pelo ambiente.

A escola precisa conhecer o estudante para planejar. É necessário observar suas formas de comunicação, interesses, potencialidades, dificuldades, respostas aos estímulos e modos de participação.

A prática pedagógica, portanto, precisa ser flexível e intencional.

(Vygotsky, 1998) contribui para essa compreensão ao destacar a importância das relações sociais e da mediação socio cultural no desenvolvimento humano. O processo educativo não pode ser analisado apenas a partir das características individuais do estudante, pois as interações e as ajudas externas dos colegas mais adiantados, possibilitam saltos qualitativos no desenvolvimento potencial no contexto na sala de aula e nas demais ambiências. Nesse sentido, a mediação realizada pelo professor e pelos colegas pode ampliar as possibilidades de participação e aprendizagem da criança.

A organização das atividades, a utilização de recursos visuais, a estruturação das rotinas e a adaptação dos materiais podem constituir importantes instrumentos de mediação.

PRÁTICAS BASEADAS EM EVIDÊNCIAS E INCLUSÃO ESCOLAR

A discussão sobre práticas baseadas em evidências tem assumido importância no campo da educação de estudantes com TEA.

O conceito envolve a utilização de estratégias respaldadas por conhecimentos produzidos por pesquisas científicas, articulados à experiência profissional e às características individuais do estudante e do contexto.

No ambiente escolar, isso significa evitar a utilização mecânica de métodos e buscar estratégias que possam ser avaliadas e ajustadas de acordo com os resultados observados.

Entre as possibilidades identificadas na pesquisa encontram-se:

mediação por pares; utilização de recursos visuais; organização da rotina; ensino estruturado; adaptação de atividades e materiais; reforço positivo; redução de estímulos sensoriais; estratégias de comunicação; Comunicação Aumentativa e Alternativa; atividades voltadas ao desenvolvimento da autonomia.

A utilização dessas estratégias não deve ocorrer de maneira isolada. Elas precisam integrar um planejamento pedagógico que considere os objetivos de aprendizagem e as características do estudante.

A mediação por pares, por exemplo, pode ampliar as oportunidades de interação social, favorecendo tanto a criança com TEA quanto os demais estudantes.

Os recursos visuais podem contribuir para a previsibilidade das atividades e da rotina. A organização estruturada pode favorecer a compreensão dos problemas. A adaptação dos materiais pode reduzir barreiras de acesso ao conteúdo. A comunicação pode ser ampliada por meio da CAA.

Assim, práticas inclusivas precisam ser compreendidas como parte de uma organização pedagógica que favoreça participação e aprendizagem.

COMUNICAÇÃO AUMENTATIVA E ALTERNATIVA: CONTRIBUIÇÕES DE MARQUEZAN

A comunicação constitui elemento essencial para a participação escolar. É por meio dela que o estudante expressa necessidades, desejos, sentimentos, conhecimentos e escolhas.

Quando a fala não é suficiente para garantir a comunicação funcional, a escola precisa disponibilizar outras possibilidades.

Nesse contexto, a Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA) pode constituir importante recurso de acessibilidade.

(Marquezan et al., 2025), ao discutirem a CAA no contexto escolar, evidenciam suas potencialidades para favorecer a comunicação e a participação de uma criança autista não verbal. O estudo destaca a importância da mediação docente e do planejamento para que o recurso comunicativo seja efetivamente incorporado às situações cotidianas.

Essa contribuição aproxima-se diretamente dos resultados da presente pesquisa.

A utilização de imagens, símbolos, pranchas de comunicação, recursos visuais e outros sistemas pode ampliar as possibilidades de expressão do estudante e favorecer sua participação nas atividades escolares.

Entretanto, a utilização da CAA não deve ser compreendida como simples disponibilização de um recurso.

É necessário que o professor conheça as formas de comunicação do estudante, planeje situações de uso, ofereça oportunidades de escolha e acompanhe as respostas produzidas. (Marquezan et al. 2025) evidenciam justamente a importância da mediação nesse processo, demonstrando que o recurso precisa estar inserido em situações significativas de interação.

Essa concepção amplia a compreensão da CAA. Ela não deve ser vista somente como mecanismo substitutivo da fala, mas como possibilidade de ampliar o repertório comunicativo e a participação do estudante.

Nesse sentido, a comunicação passa a ser compreendida como dimensão do direito à educação.

A criança que consegue comunicar uma escolha, solicitar ajuda, expressar desconforto, responder a uma pergunta ou participar de uma atividade encontra maiores possibilidades de exercer autonomia.

A contribuição de (Marquezan et al., 2025) também dialoga com a perspectiva

vygotskiana de mediação, na medida em que os recursos comunicativos podem funcionar como instrumentos culturais que ampliam as possibilidades de interação da criança com os outros e com o conhecimento.

Essa discussão fundamentou parte importante da elaboração do produto educacional desta pesquisa.

FORMAÇÃO DOCENTE E TRABALHO COLABORATIVO

Um dos principais desafios identificados na pesquisa relaciona-se à formação dos profissionais para trabalhar com estudantes com TEA.

Os professores reconhecem a importância da inclusão, mas relatam a necessidade de ampliar conhecimentos específicos sobre autismo, estratégias pedagógicas, comunicação e manejo das diferentes necessidades apresentadas pelos estudantes.

A formação continuada, portanto, constitui elemento essencial.

(Veiga e Cavaleiro, 2025) contribuem para compreender a formação docente como processo permanente, relacionado às experiências e à reflexão sobre a prática.

Nesse sentido, a formação não deve ocorrer somente por meio de cursos externos. A própria escola pode constituir espaço de formação.

Reuniões pedagógicas, estudos coletivos, análise de casos, planejamento colaborativo e discussão de estratégias podem contribuir para a qualificação das práticas.

Outro aspecto importante é o trabalho colaborativo.

A inclusão não pode ser responsabilidade exclusiva do professor regente.

Gestão escolar, professores, profissionais especializados, família e demais integrantes da comunidade escolar precisam participar da construção das estratégias.

O planejamento coletivo possibilita compartilhar conhecimentos e evitar que o professor enfrente isoladamente situações complexas.

METODOLOGIA

A pesquisa possui abordagem qualitativa, natureza aplicada e caráter exploratório, configurando-se como estudo de caso.

O campo empírico foi a Escola Municipal de Ensino Fundamental Coronel Pimba,

localizada no município de São Francisco de Assis/RS.

O estudo contemplou o contexto dos anos iniciais do Ensino Fundamental, com atenção especial às turmas de 2º e 3º anos.

A produção de dados envolveu análise documental, observação do cotidiano escolar e entrevistas semiestruturadas com profissionais envolvidos no processo educativo.

Também foram analisados registros pedagógicos e documentos relacionados ao processo de inclusão.

A perspectiva da pesquisa-formação (Josso, 2007) contribuiu para compreender as experiências profissionais como elementos de reflexão sobre a prática docente.

Os dados foram analisados mediante a Análise de Conteúdo proposta por (Bardin, 2016), possibilitando a organização das informações em categorias temáticas.

As categorias analíticas envolveram: formação e experiência profissional, desafios da inclusão, práticas pedagógicas, comunicação e interação, organização do ambiente, recursos e materiais, trabalho colaborativo e possibilidades de inclusão.

Foram observados os princípios éticos aplicáveis à pesquisa, preservando-se a identidade dos participantes e dos estudantes envolvidos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados evidenciaram que os professores desenvolvem práticas inclusivas mesmo diante de limitações estruturais e formativas.

Entre os desafios relatados destacaram-se a necessidade de profissionais especializados, a insuficiência de materiais diversificados, a necessidade de formação continuada e dificuldades relacionadas à organização do ambiente.

A pesquisa também identificou a ausência de Atendimento Educacional Especializado (AEE) e de Sala de Recursos Multifuncionais no contexto investigado, aspecto que amplia os desafios enfrentados pelos professores.

Apesar dessas dificuldades, foram observadas diversas estratégias pedagógicas.

A redução de estímulos sensoriais foi uma das ações identificadas. Também foram realizadas adaptações no ambiente, incluindo a retirada de objetos pequenos ou inadequados ao contexto.

Essas modificações demonstram que a inclusão pode envolver mudanças simples na

organização do espaço.

Outra estratégia observada foi a mediação por pares.

A participação dos colegas favoreceu situações de interação e possibilitou que a criança com TEA participasse de experiências coletivas.

Os recursos visuais também se mostraram importantes.

A utilização de imagens, sequências e elementos visuais contribuiu para a organização da rotina e para a compreensão das atividades.

Essas práticas podem ser compreendidas como estratégias de acessibilidade pedagógica, pois reduzem barreiras à participação.

No campo da comunicação, a contribuição de (Marquezan et al., 2025) reforça a importância da utilização de recursos que ampliem as possibilidades de expressão do estudante.

A comunicação não deve ser tratada como aspecto secundário do processo educativo.

Sem possibilidades adequadas de comunicação, o estudante pode apresentar dificuldades para expressar necessidades, participar de atividades e estabelecer relações.

Por isso, a CAA, associada à mediação docente, constitui importante possibilidade de inclusão.

Os resultados também demonstraram que a participação do estudante aumentou quando as atividades foram organizadas de maneira previsível e adaptadas às suas características.

Foram observados ganhos relacionados à interação social, comunicação, autonomia e participação.

Esses resultados reforçam a compreensão de que a inclusão ocorre quando a escola cria condições para que o estudante participe das experiências educativas.

O PRODUTO EDUCACIONAL: PORTFÓLIO ACADÊMICO

A elaboração do produto educacional constituiu etapa essencial da pesquisa.

O Portfólio Acadêmico – Práticas Baseadas em Evidências para a Inclusão Escolar de Estudantes com TEA foi elaborado a partir dos resultados encontrados no campo de pesquisa e dos referenciais teóricos estudados.

O produto busca aproximar conhecimento científico e prática pedagógica.

Sua organização contempla estratégias relacionadas à: organização da rotina, utilização de recursos visuais, mediação por pares, adaptação de atividades, ensino estruturado,

comunicação, comunicação aumentativa e alternativa, autonomia, participação, organização do ambiente e práticas baseadas em evidências.

O portfólio não pretende oferecer uma metodologia única.

Seu propósito é possibilitar que o professor reflita sobre as características do estudante e selecione estratégias adequadas ao contexto.

Nesse sentido, o produto pode ser utilizado tanto individualmente pelo professor quanto em momentos coletivos de formação.

A proposta também dialoga com a contribuição de (Marquezan et al., 2025), ao considerar a comunicação como elemento fundamental para participação e autonomia.

O produto constitui, portanto, uma materialização dos conhecimentos construídos durante a pesquisa.

IMPLICAÇÕES PARA A GESTÃO E PARA A PRÁTICA PEDAGÓGICA

Os resultados da pesquisa apresentam implicações tanto para o trabalho docente quanto para a gestão escolar.

No âmbito pedagógico, torna-se necessário ampliar o planejamento individualizado e coletivo, considerando as diferentes formas de participação.

No âmbito da gestão, é fundamental promover espaços de formação e discussão sobre inclusão.

Também se torna necessário buscar recursos e serviços de apoio de equipe multiprofissional e transdisciplinar que possibilitem aos professores desenvolver suas práticas com maior segurança, maior competência científica, ética, humanística, a partir do olhar atento e da escuta sensível.

A ausência de AEE e de Sala de Recursos Multifuncionais identificada no contexto pesquisado demonstra a necessidade de políticas públicas que assegurem os recursos necessários à efetivação da inclusão.

A gestão escolar também possui papel importante na articulação entre professores, família e profissionais especializados.

A inclusão precisa ser um direito e um dever de todos permeando todos os contextos familiares, escolares, sociais, políticos conectando o local/global.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa possibilitou compreender que a inclusão da criança com TEA nos anos iniciais do Ensino Fundamental é um processo complexo, que envolve desafios estruturais, pedagógicos, formativos e relacionais.

Os resultados demonstraram que os professores desenvolvem diferentes estratégias para favorecer a participação dos estudantes, destacando-se a mediação por pares, os recursos visuais, a adaptação de materiais, a organização estruturada das atividades, a redução de estímulos sensoriais e as estratégias de comunicação.

Ao mesmo tempo, foram identificadas dificuldades relacionadas à formação continuada, à disponibilidade de profissionais especializados, à oferta de recursos e à ausência de serviços de apoio no contexto investigado.

A pesquisa evidencia que inclusão não significa apenas garantir a matrícula. É necessário garantir participação, aprendizagem, comunicação, autonomia e pertencimento.

Nesse processo, o professor desempenha papel fundamental, mas não pode ser responsabilizado individualmente pela efetivação da inclusão. É necessário fortalecer o trabalho colaborativo e as políticas públicas de apoio à escola.

A contribuição de (Marquezan et al., 2025) permite compreender que a comunicação constitui uma dimensão essencial da inclusão. A utilização da CAA, associada à mediação docente e ao planejamento, pode ampliar significativamente as possibilidades de participação do estudante.

O Portfólio Acadêmico – Práticas Baseadas em Evidências para a Inclusão Escolar de Estudantes com TEA representa a principal contribuição aplicada da pesquisa.

O produto busca oferecer aos profissionais da educação possibilidades concretas para reflexão, planejamento e intervenção.

Sua relevância está justamente na articulação entre pesquisa acadêmica e realidade escolar, nas quais a pesquisadora atua construindo-se numa práxis pedagógica fundamentada no estado do conhecimento produzido nos últimos cinco anos.

Conclui-se que uma escola verdadeiramente inclusiva é aquela que se transforma para acolher a diversidade, de maneira democrática, participativa e colaborativa.

A criança com TEA não deve apenas estar na escola. Ela precisa participar, comunicar-se, aprender, interagir, desenvolver autonomia e sentir-se pertencente.

A inclusão, portanto, constitui compromisso ético, político e pedagógico com o direito de todos à educação.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Brasília, DF, 2012.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Brasília, DF, 2015.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018.

JOSSO, M. C. **Experiências de vida e formação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 2014.

POZZOBON, Lisiane Fagundes; POZZOBON, Oldair José; POZZOBON, Paola Fagundes; MARQUEZAN, Lorena Inês Peterini; ANTUNES, Helenise Sangoi. Comunicação aumentativa e alternativa no contexto escolar: potencialidades, dilemas e mediação docente na inclusão de uma criança autista não verbal. **Revista de Geopolítica (REV GEO)**, São José dos Pinhais, v. 16, n. 5, p. 1-15, 2025. DOI: 10.56238/revgeov16n5-265.

SABINO, Alminda Terezinha Gonçalves; MARCHEZAN, Lorena Inês Peterini. O livro didático e os processos de inclusão do autista no ensino regular. In: VEIGA, Adriana da Rocha; CAVALHEIRO, Rejane (org.). **Interações formativas na vida e profissão docente**. Curitiba: CRV, 2025. p. 199–219.

SCHMIDT, Carlo. **Transtorno do espectro autista: pesquisas na saúde e na educação**. 2024.

SCHMIDT, Carlo; PAULA, Cristiane Silvestre de (org.). **Transtorno do espectro autista: pesquisas na saúde e na educação**. Campinas: Papirus, 2024.

VEIGA, Adriana da Rocha; CAVALHEIRO, Rejane (org.). **Interações formativas na vida e profissão docente**. Curitiba: CRV, 2025. 248 p.

VYGOTSKY, Lev Semionovitch. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.